

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTO AUGUSTO
PODER EXECUTIVO

TERMO DE COLABORAÇÃO E FOMENTO

O **MUNICÍPIO DE SANTO AUGUSTO/RS**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 87.613.105/000-02, com sede administrativa na rua Cel. Júlio Pereira dos Santos, 465, Centro, Santo Augusto-RS, ora representado pelo senhor Prefeito Municipal **NALDO WIEGERT**, brasileiro, casado, médico, portador da Cédula de Identidade nº 4008623144, inscrito no CPF sob o nº 083.748.990-34, residente e domiciliado na Rua Vicente Silva, nº 147, Centro, cidade de Santo Augusto-RS, CEP 98590-000, Rio Grande do SUL - RS, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, doravante denominado Administração Pública e a Organização da Sociedade Civil **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SANTO AUGUSTO - APAE**, inscrita no CNPJ sob nº 90.167.347/0001-16, situada a Rua José Gutkoski, n.º 490, Bairro São João, neste Município, CEP 98590-000, Rio Grande do Sul - RS, neste ato devidamente representada pela sua Presidente, Sra. **LURDES MONTAGNER**, brasileira, casada, portadora do RG n.º 5029706693 SSP-RS, inscrita no CPF sob nº 615.686.860-72, residente e domiciliada na Rua Padre Roque Gonzales, nº 57, neste Município, doravante denominada OSC, com fundamento na Lei Federal nº 13.019/2014, bem como nos princípios que regem a Administração Pública e demais normas pertinentes, celebram este Termo de Colaboração e Fomento, na forma e condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

1. DO OBJETO

1.1. O presente instrumento tem por objeto a **EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA**, conforme Plano de Trabalho anexo, que prevê o atendimento de 156 (cento e cinquenta e seis) pessoas com deficiência intelectual e múltipla, autismo e transtornos globais do desenvolvimento e suas respectivas famílias, proporcionando aos mesmos atendimentos gratuitos especializados.

2. DA TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA

2.1. A Administração Pública repassará a OSC o valor de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais) mensais, conforme cronograma de desembolso, constante no Plano de Trabalho anexo a este Termo de Colaboração e Fomento.

2.2. O valor previsto para repasse é de R\$ 192.000,00, correspondente a 12 (doze) meses, a contar de 01.04.2018, correndo as despesas à conta do seguinte Projeto/Atividade e dotação orçamentária:

Órgão: 08 - SECRETARIA MUNIC. DE HABITAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA.

Unidade: 04 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FUMDAS
2.129 - PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA AO DEFICIENTE

08/04-563 - 33.50.43 - Subvenções Sociais.

2.3. Na ocorrência de cancelamento de Restos a Pagar, o quantitativo poderá ser reduzido até a etapa que apresente funcionalidade, mediante aprovação prévia da Administração Pública.

2.4. A Administração Pública repassará a OSC a cedência de 200 horas de profissionais do quadro do magistério, da área educacional com conhecimento especializado, durante o ano letivo;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTO AUGUSTO
PODER EXECUTIVO

2.5. A Administração Pública repassará a OSC os produtos para a merenda escolar, com a verba que vem destinada para este fim, ficando a elaboração e/ou confecção da merenda sob a responsabilidade da escola;

2.6. A Administração Pública fornecerá a OSC o transporte escolar com veículo adaptado para cadeirante, para facilitar o acesso à escola dos alunos.

3. DA CONTRAPARTIDA DA OSC

3.1. A OSC contribuirá em contrapartida, para a execução do objeto desta parceria com:

a) utilização das suas dependências físicas, materiais didáticos e pedagógicos utilizados pelos profissionais, equipamentos e material permanente, quadro de servidores contratados.

4. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

4.1. Compete à Administração Pública, entre outras obrigações:

I - Transferir os recursos à OSC de acordo com o Cronograma de Desembolso, em anexo, que faz parte integrante deste Termo de Colaboração e Fomento e no valor nele fixado;

II - Fiscalizar a execução do Termo de Colaboração e Fomento, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da OSC pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quais danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;

III - Comunicar formalmente à OSC qualquer irregularidade encontrada na execução das ações, fixando-lhe, quando não pactuado nesse Termo de Colaboração e Fomento prazo para corrigi-la;

IV - Receber, apurar e solucionar eventuais queixas e reclamações, cientificando a OSC para as devidas regularizações;

V - Constatadas quaisquer irregularidades no cumprimento do objeto desta Parceria, a Administração Pública poderá ordenar a suspensão dos serviços, sem prejuízo das penalidades a que se sujeita a OSC, e sem que esta tenha direito a qualquer indenização no caso daquelas não serem regularizadas dentro do prazo estabelecido no termo da notificação;

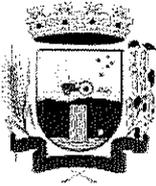
VI - Aplicar as penalidades regulamentadas neste Termo de Colaboração e Fomento;

VII - Fiscalizar periodicamente os contratos de trabalho que assegurem os direitos trabalhistas, sociais e previdenciários dos trabalhadores e prestadores de serviços da OSC;

VIII - Apreciar a prestação de contas final apresentada, no prazo de até 90 (noventa) dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período; e

IX - Publicar, às suas expensas, o extrato deste Termo de Colaboração e Fomento na imprensa oficial do Município.

4.2. Compete à OSC:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTO AUGUSTO
PODER EXECUTIVO

I - Utilizar os valores recebidos de acordo com o Plano de Trabalho aprovado pela Administração Pública, observadas as disposições deste Termo de Colaboração e Fomento relativas à aplicação dos recursos;

II - Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento deste Termo de Colaboração e Fomento, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da Administração Pública pelos respectivos pagamentos, nem qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução;

III - Prestar contas dos recursos recebidos nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014, nos prazos estabelecidos neste instrumento;

IV - Indicar ao menos 1 (um) dirigente que se responsabilizará, de forma solidária, pela execução das atividades e cumprimento das metas pactuadas na parceria;

V - Executar as ações objeto desta parceria com qualidade, atendendo o público de modo gratuito, universal e igualitário;

VI - Manter em perfeitas condições de uso os equipamentos e os instrumentos necessários para a realização dos serviços e ações pactuadas, através da implantação de manutenção preventiva e corretiva predial e de todos os instrumentais e equipamentos;

VII - Responder, com exclusividade, pela capacidade e orientações técnicas de toda a mão de obra necessária à fiel e perfeita execução desse Termo de Colaboração e Fomento;

VIII - Manter contrato de trabalho que assegure direitos trabalhistas, sociais e previdenciários aos seus trabalhadores e prestadores de serviços;

IX - Responsabilizar-se, com os recursos provenientes do Termo de Colaboração e Fomento, pela indenização de dano causado ao público, decorrentes de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência, praticados por seus empregados;

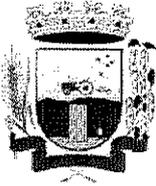
X - Responsabilizar-se por cobrança indevida feita ao público, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução desse Termo de Colaboração e Fomento;

XI - Responsabilizar pelo espaço físico, equipamentos e mobiliários necessários ao desenvolvimento das ações objeto desta parceria;

XII - Disponibilizar documentos dos profissionais que compõe a equipe técnica, tais como: diplomas dos profissionais, registro junto aos respectivos conselhos e contrato de trabalho;

XIII - Garantir o livre acesso dos agentes públicos, em especial aos designados para a comissão de monitoramento e avaliação, ao gestor da parceria, do Controle Interno e do Tribunal de Contas relativamente aos processos, aos documentos e às informações referentes a este Termo de Colaboração e Fomento, bem como aos locais de execução do objeto;

XIV - Aplicar os recursos recebidos e eventuais saldo saldos financeiros enquanto não utilizados, obrigatoriamente, em instituição financeira oficial, assim como as receitas decorrentes, que serão obrigatoriamente computadas a crédito deste Termo de Colaboração e Fomento e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTO AUGUSTO
PODER EXECUTIVO

XV - Restituir à Administração Pública os recursos recebidos quando a prestação de contas for avaliada como irregular, depois de exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, caso em que a OSC poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo Plano de Trabalho, conforme o objeto descrito no neste Termo de Colaboração e Fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos;

XVI - a responsabilidade exclusiva pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal.

5. DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

5.1. O Plano de Trabalho deverá ser executado com estrita observância das cláusulas pactuadas neste Termo de Colaboração e Fomento, sendo vedado:

I - modificar o objeto, exceto no caso de ampliação de metas, desde que seja previamente aprovada a adequação do plano de trabalho pela Administração Pública;

II - utilizar, ainda que em caráter emergencial, recursos para finalidade diversa da estabelecida no plano de trabalho;

III - pagar despesa realizada em data anterior à vigência da parceria;

IV - efetuar pagamento em data posterior à vigência da parceria, salvo quando o fato gerador da despesa tiver ocorrido durante sua vigência;

V - realizar despesas com:

a) multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da Administração Pública na liberação de recursos financeiros;

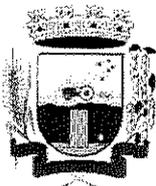
b) publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal; e

c) pagamento de pessoal contratado pela OSC que não atendam às exigências do art. 46 da Lei Federal nº 13.019/2014.

5.2. Os recursos recebidos em decorrência da parceria deverão ser depositados em conta corrente aberta específica para movimentação dos valores.

5.3. Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

5.4. Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à Administração Pública no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da Administração Pública.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTO AUGUSTO
PODER EXECUTIVO

5.5. Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada preferentemente mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

5.6. Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, exceto se demonstrada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, caso em que se admitirá a realização de pagamentos em espécie.

6. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

6.1. A prestação de contas deverá ser efetuada nos seguintes prazos:

a) mensalmente, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da transferência dos recursos pela Administração Pública;

6.2. A prestação de contas dos recursos recebidos deverá ser apresentada com os seguintes documentos e relatórios:

I - Relatório de Execução do Objeto, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, a partir do cronograma acordado, anexando-se documentos de comprovação da realização das ações;

II - Relação de pagamentos realizados (anexo I),

III - Relatório de Execução Financeira, assinado pelo seu representante legal, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas (anexo II);

IV - Relatório de atendimentos realizados/desenvolvidos pela OSC (anexo III);

V - Cópias reprográficas dos comprovantes da despesa. Devendo os originais ficar arquivados e a disposição sempre que for solicitado;

VI - Extrato bancário de conta específica e/ou de aplicação financeira, no qual deverá estar evidenciado o ingresso e a saída dos recursos, devidamente acompanhado da Conciliação Bancária, quando for o caso;

VII - Demonstrativo de Execução de Receita e Despesa, devidamente acompanhado dos comprovantes das despesas realizadas e assinado pelo dirigente e responsável financeiro da OSC;

VIII - Comprovante, quando houver, de devolução de saldo remanescente até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da transferência dos recursos pela Administração Pública.

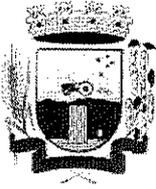
IX - Relatório circunstanciado anual das atividades desenvolvidas pela OSC até o prazo final de 30 de abril de cada exercício;

X - Certidões de Regularidade Fiscal, Previdenciária, Tributária, de Contribuições e de Dívida Ativa;

XI - Demonstrativo Contábil Anual até o prazo final de 30 de abril de cada exercício (balancete de verificação e balanço patrimonial, etc.).

7. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

7.1. O presente Termo de Colaboração e Fomento vigorará a partir da data de sua assinatura, pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado mediante solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTO AUGUSTO
PODER EXECUTIVO

justificada, a ser apresentada à Administração Pública em, no mínimo, trinta dias antes do término inicialmente previsto.

7.2. A prorrogação de ofício da vigência deste Termo de Colaboração e Fomento será feita pela Administração Pública quando ela der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

8. DAS ALTERAÇÕES

8.1. Este Termo de Colaboração e Fomento poderá ser alterado, exceto quanto ao seu objeto, mediante a celebração de Termos Aditivos, desde que acordados entre os parceiros e firmados antes do término de sua vigência.

8.2. O plano de trabalho da parceria poderá ser revisto para alteração de valores ou de metas, mediante termo aditivo ao plano de trabalho original.

9. DO ACOMPANHAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

9.1. A Administração Pública promoverá o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria, podendo valer-se do apoio técnico de terceiros, delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades públicas.

9.2. A Administração Pública acompanhará a execução do objeto deste Termo de Colaboração e Fomento através de seu gestor, que tem por obrigações:

I - Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

II - Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

III - Emitir parecer conclusivo de análise da prestação de contas mensal e final, com base no relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59 da Lei Federal nº 13.019/2014;

IV - Disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.

9.3. A execução também será acompanhada por Comissão de Monitoramento e Avaliação, especialmente designada.

9.4. A Administração Pública emitirá relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeterá à Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas pela OSC.

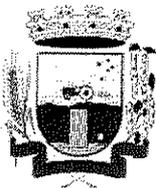
9.5. O relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, sem prejuízo de outros elementos, conterá:

I - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III - valores efetivamente transferidos pela Administração Pública;

IV - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela OSC na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos neste Termo de Colaboração e Fomento.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTO AUGUSTO
PODER EXECUTIVO

VI - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias

9.6. No exercício de suas atribuições o gestor e os integrantes da Comissão de Monitoramento e Avaliação poderão realizar visita in loco, da qual será emitido relatório.

9.7. Sem prejuízo da fiscalização pela Administração Pública e pelos órgãos de controle, a execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pelo conselho de política pública correspondente.

9.8. Comprovada a paralisação ou ocorrência de fato relevante, que possa colocar em risco a execução do plano de trabalho, a Administração Pública tem a prerrogativa de assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, de forma a evitar sua descontinuidade.

10. DA RESCISÃO

10.1. É facultado aos parceiros rescindir este Termo de Colaboração e Fomento, devendo comunicar essa intenção no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência, sendo-lhes imputadas as responsabilidades das obrigações e creditados os benefícios no período em que este tenha vigido.

10.2. A Administração poderá rescindir unilateralmente este Termo de Colaboração e Fomento quando da constatação das seguintes situações:

I - Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho aprovado;

II - Retardamento injustificado na realização da execução do objeto deste Termo de Colaboração e Fomento;

III - Descumprimento de cláusula constante deste Termo de Colaboração e Fomento.

11. DA RESPONSABILIZAÇÃO E DAS SANÇÕES

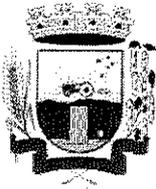
11.1. O presente Termo de Colaboração e Fomento deverá ser executado fielmente pelos parceiros, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

11.2. Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à OSC da sociedade civil as seguintes sanções:

I - advertência;

II - suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e OSCs da esfera de governo da Administração Pública sancionadora;

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e OSCs de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a OSC ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTO AUGUSTO
PODER EXECUTIVO

12. DO FORO E DA SOLUÇÃO ADMINISTRATIVA DE CONFLITOS

12.1. O foro da Comarca de Santo Augusto-RS é o eleito pelos parceiros para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo de Colaboração e Fomento.

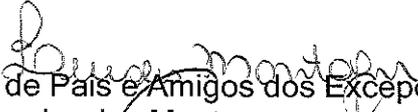
12.2. Antes de promover a ação judicial competente, as partes, obrigatoriamente, farão tratativas para prévia tentativa de solução administrativa. Referidas tratativas serão realizadas em reunião, com a participação da Procuradoria/Assessoria do Município, da qual será lavrada ata, ou por meio de documentos expressos, sobre os quais se manifestará a Procuradoria/Assessoria do Município.

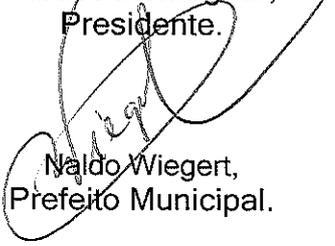
13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Faz parte integrante e indissociável deste Termo de Colaboração e Fomento o Plano de Trabalho de 2018 (em anexo).

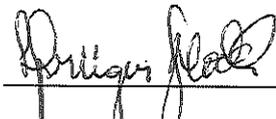
E, por estarem acordes, firmam os parceiros o presente, em 03 (três) vias de igual teor e forma, os efeitos legais deste Termo de Colaboração e Fomento retroagem a 1º de abril de 2018.

Santo Augusto/RS, 02 de abril de 2018.

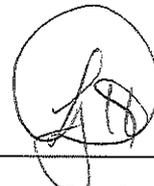

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais,
Lurdes Montagner,
Presidente.


Naldo Wiegert,
Prefeito Municipal.

Testemunhas:



CPF: 576.238.130-72



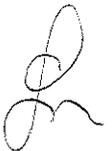
CPF: 557873120-15

PLANO DE TRABALHO

1. DADOS CADASTRAIS DO PROPONENTE

Orgão/Entidade Proponente: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E EMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SANTO AUGUSTO - APAE		CNPJ N°: 90.167.347/0001-16	
Endereço da Entidade: Rua José Gutkoski		N°: 490	Bairro: São João
Cidade/Município: SANTO AUGUSTO		UF: RS	CEP: 98590-000
Nome Responsável legal: LURDES MONTAGNER		Cargo: PRESIDENTE	
CPF n°: 615686860/72	RG n°: 5029706693	Órgão expedidor: SSP/RS	
Endereço do Responsável legal: Rua Padre roque Gonzales n° 57			
Período do mandato	Início: 01/01/2017	Fim: 31/12/2019	
Telefone contato: 3781-3872	E-mail: santoaugusto@apaers.org.br		
Dados para movimentação financeira do recurso pleiteado			
Banco: BRASIL	Agência: 0732	Conta corrente: 6.405-X	

2. PROPOSTA DE TRABALHO

Identificação do projeto: "SOZINHOS SOMOS FRACOS, JUNTOS SOMOS FORTES NESTA CAUSA"	Período de Execução	
	Início: 2018	Término: 2019
Objetivo geral: <ul style="list-style-type: none">- Assegurar a continuidade aos atendimentos pedagógicos, assistenciais e técnicos oferecidos pela Instituição;- Melhorar a qualidade de vida da pessoa com deficiência intelectual e múltipla por meio da proteção e integração à vida comunitária;- Articular políticas de atenção à pessoa com deficiência intelectual e múltipla;- Oferecer atendimento educacional especializado à pessoa com deficiência intelectual;- Promover a habilitação e reabilitação de pessoas com deficiência sensorial e motora;- Buscar melhorias na qualidade de vida dos alunos, dando suporte e orientação às famílias e ainda conscientizar a comunidade da importância no crescimento global das pessoas com necessidades especiais.		
		

Público alvo:

A Instituição atende atualmente 156 pessoas com Deficiência Intelectual e Múltipla, Autismo e transtorno globais do desenvolvimento, e suas respectivas famílias proporcionando aos mesmos atendimento gratuito especializado.

Justificativa do objeto:

Em virtude das dificuldades financeiras que se encontra a Instituição, faz-se necessário a complementação de recursos, sendo que os mesmos encontram-se previstos na Constituição Federativa do Brasil, do Artigo 205º, Decreto nº 6.949/2009 no Artigo 24º na Lei 11.494 de 20 de Junho de 2007, que regulamenta o Fundeb no Capítulo III, no Artigo 9º, Inciso 2, Decreto 6.253 de 13 de Novembro de 2007, nos Artigos 15º, 16º e 17º e Decreto 6.571 de 17 de Setembro de 2008, bem como a Lei nº 13.019/2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração e fomento, no caso desta entidade.

Considerando que a APAE, Entidade Particular, Filantrópica, sendo sua diretoria voluntária, Mantenedora da Escola de Educação Especial Bem-Me-Quer atendendo atualmente 156 pessoas deficientes, necessita da cedência de 200 horas de profissionais do quadro de magistério municipal da área educacional com conhecimento especializado, pois atendemos exclusivamente alunos com deficiências, os quais exigem de forma permanente atendimento educacional e técnico especializado, a fim de que tenham melhor qualidade de vida e façam parte do processo de inclusão na sociedade, o que contribuirá para suprir a necessidade da entidade, a qual acolhe pessoas com ritmos diferentes de aprendizagem e busca valorizar suas habilidades e potenciais. A organização necessita que a realização do transporte escolar seja feita poder municipal com um ônibus adaptado para cadeirantes para facilitar o acesso a escola diariamente nos turnos matutino e vespertino e dar continuidade a transferência durante o ano letivo dos alimentos para oferecer aos alunos especiais a merenda escolar

A Instituição necessita buscar constantemente na legislação vigente, a parceira com o Poder Público Municipal, Estadual e Federal além da contribuição da comunidade local, pois mensalmente a Instituição é responsável pelo pagamento de profissionais especializados, manutenção da unidade escolar, desenvolvimento do ensino e demais despesas da Escola, para que possa garantir uma educação especializada com qualidade para as pessoas que dela necessitam.

Descrição da realidade:

O plano para 2018 é focar na qualidade dos serviços prestados à pessoa com deficiência intelectual e múltipla e suas respectivas famílias, objetivando aprimorar os serviços ofertados, ampliar a quantidade de atendimentos e inovar em estratégias de atuação. Para elaborar o Plano de Ação fez-se uma análise criteriosa do atual cenário da Instituição, cada área foi analisada em seu desenvolvimento para se ter um diagnóstico preciso do que é necessário realizar-se para que a Instituição continue a avançar na qualidade dos serviços prestados.

Impacto social esperado:

Através da melhoria no termo de parceria com o Poder Público Municipal temos a expectativa de aumentar o acesso aos serviços de educação, socioassistenciais e setoriais, automaticamente a redução da ocorrência de situações de vulnerabilidade social, o acesso a inclusão a oportunidade de prevenção da ocorrência de riscos sociais, e a significativa melhora da qualidade de vida dos usuários e suas famílias.



3. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DE METAS - C/RECURSOS MUNICÍPIO

Metas	Etapa/ Fase	Especificação	Indicador Físico		Duração	
			Unidade	Quant.	Início	Término
01		Pagamentos Recursos Humanos		12	2018	2019
02		Pagamentos.Despesas.Administrativa, Pedagógica, Infraestrutura física				
03						
04						
05						
06						
07						
08						

4. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES

Metas		Ações	
01	Pagamento de Pessoal mensal, incluindo décimo terceiro salário, férias e encargos sociais, professores, técnicos merendeira motorista, serviços gerais, secretaria),	1	Recursos Humanos
		2	Pagamento de profissionais que atuam nas funções pedagógicas, técnicas e de apoio.
02	Infraestrutura física, Pedagógica e Administrativa	1	Pagamento de material de reforma, serviços de energia elétrica, fornecimento de água, Internet, Combustível, mecânica e manutenção dos veículos (despesa de custeio)
		2	Material de higienização e limpeza, material pedagógico e de expediente (despesa de consumo)
		3	Equipamentos para Copa e Cozinha da Instituição (despesa de capital)

5. PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Quantidade	Descrição	Valor mensal	Valor anual
12 meses	Recurso Financeiro	R\$ 16.000,00	R\$ 192.000,00
05	Professores 20 horas semanais	R\$ 6.346,91	R\$ 76.162,92
01	Fonoaudióloga 08 horas semanais	R\$ 1.380,00	R\$ 16.560,00
02	Fisioterapeutas 08 horas semanais	R\$ 1.424,00	R\$ 17.088,00
01	Assistente Social	R\$ 1.410,00	R\$ 16.920,00

	20 horas semanais		
01	Motorista 40 horas semanais	R\$ 1.625,84	R\$ 19.510,08
01	Auxiliar Administrativa 40 h0ras semanais	R\$ 1.154,00	R\$ 13.848,00
01	Merendeira 40 horas semanais	R\$ 1.105,75	R\$ 13.269,00
350 ls	Combustível	R\$ 1.193,50	R\$ 14.322,00
-	Manutenção mecânica	R\$ 360,00	R\$ 4.320,00
		Total geral	R\$ 192.000,00

6. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO ESTIMADO

Meta 1	Despesa estimada	1º mês	2º mês	3º mês	4º mês	5º mês	6º mês
			16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00
Meta 1	Despesa	7º mês	8º mês	9º mês	10º mês	11º mês	12º mês
		16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00	16.000,00

Santo Augusto, 27 de março de 2018.

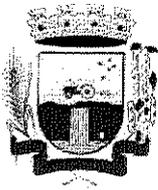

Lurdes Montagner
Presidente da APAE

DECLARAÇÃO

Na condição de representante legal da entidade proponente, responsabilizo-me a prestar contas dos recursos financeiros que forem repassados pelo concedente a título de auxílio financeiro, na forma dos artigos 77 e 78 da Lei Federal 4.320, de 17.03.1964, Lei Federal nº 8.666, Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município, Lei Federal 13.019 e/ou lei específica que trate da matéria.

Santo Augusto, 27 de março de 2018.


LURDES MONTAGNER
Presidente da APAE

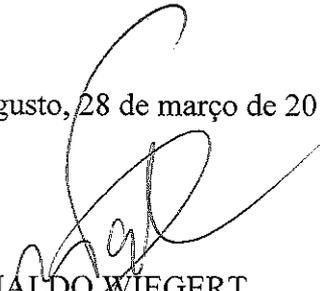


ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTO AUGUSTO
PODER EXECUTIVO

APROVAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO DA APAE

Plano de Trabalho de 2018, aprovado conforme proposto. Tomem-se as providências legais para viabilizar a concessão do repasse mensal mediante a assinatura de instrumento jurídico e/ou aditivos. Após encaminhe-se a Fazenda Municipal para adoção das medidas quanto a transferência do recurso financeiro, bem como da tomada de prestação de contas.

Santo Augusto, 28 de março de 2018.


NALDO WIEGERT
Prefeito Municipal